

ATA N.º 8/2016**Data da reunião ordinária: 21-03-2016****Local: Sala de Reuniões da Câmara Municipal****Início da reunião: 14:30 horas****Términus da reunião: 16:20 horas****A respetiva ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa à presente ata.****Membros da Câmara Municipal do Entroncamento presentes na reunião:****Presidente:** Jorge Manuel Alves de Faria**Vereadores:**

Maria Isilda Videira Nogueira da Silva Aguincha

Carlos Manuel Pires Rei Amaro

José David da Silva Ribeiro

Carlos Manuel Godinho Matias

Tília dos Santos Nunes

Outras Pessoas:**Responsável pela elaboração da ata:****Nome:** Ana Gertrudes Marques Ramos**Cargo:** Assistente Técnica**Faltas justificadas:** Ilda Maria Pinto Rodrigues Joaquim**Faltas por justificar:****Resumo diário da Tesouraria:** 18-03-2016**Operações Orçamentais:** 401.527,61**Operações não Orçamentais:** 234.886,49

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

- Não houve intervenção do público.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO

(Artigo 52.º da Lei n.º 75/2013 de 19/9 e art.º 7.º do Regimento da C.M.E.)

Após declarar aberta a reunião, o Exmo. Presidente deu início ao “Período de Antes da Ordem do Dia”, tendo sido feitas as seguintes intervenções:

1 – EXMO. PRESIDENTE

1. Deu conhecimento de que a Sr.ª Vice-Presidente Ilda Joaquim, não está presente na reunião por se encontrar em representação do Município, nas Comemorações do Dia da Internacional da Floresta, em Mação.

2. Presente a informação de Atividades desenvolvidas pelo Presidente e Executivo, no período de 08 de março de 2016 a 21 de março de 2016:

«Em comemoração do *Dia Internacional da Mulher*, durante todo o dia **08 de março de 2016**, as atividades realizadas nas Piscinas Municipais (hidroginástica e hidroginástica em suspensão) e no Pavilhão Desportivo Municipal (ginástica e movimento) foram de acesso gratuito a todas as Mulheres.

Na manhã desse mesmo dia, decorreu a *reunião mensal* com os *Presidentes de Junta de Freguesia de São João Batista e Nossa Senhora de Fátima*, abordando assuntos diversos relativamente ao nosso concelho, entre os quais, a iniciativa Espaço Cidadão.

Nessa mesma tarde, a convite da *Associação de Futebol de Santarém*, assisti à *Conferência de Imprensa da apresentação do Torneio Tejo Cup 2016*, que marca o arranque oficial da VI Edição desse Torneio, tendo como patrono o ex-jogador de futebol Vítor Baía, no W Shopping, em Santarém.

Durante a tarde, **distribuí**, conjuntamente com o Executivo em funções, como tem sido habitual, à tradicional lembrança às funcionárias da Câmara Municipal.

Igualmente nessa tarde, e na sequência do convite formulado pela Associação dos Lares Ferroviários, como entidade coordenadora local de parceria, **estive presente** na Mesa da *Sessão Inaugural da Sede do Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS – 3 G – Entroncamento Território Inclusivo)*, na antiga Escola n.º 3, Rua Professor José Francisco Corujo. Decorreram várias atividades proporcionadas pelas entidades locais executoras – Santa Casa da Misericórdia (Dança c’Avó); CERE (Nova Geração); Associação Encoprof (Tuna da Universidade Sénior); momento Hip-Hop; Graffiti; DJ, às quais a **Vereadora Dr.ª Tília Nunes** assistiu.

No dia 09 de março de 2016, reuni, em conjunto com a Dr.ª Isabel Ferreira (Investimentos) e com a Vogal Executiva do Programa Centro 2020, Dr.ª Isabel Damasceno, nas instalações da CCRDC, em Coimbra, relativamente ao *Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU)*.

Na sequência da Convocatória recebida da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, o Chefe de Gabinete, Prof. Mário Balsa, em representação da CME, em conjunto com o Arq. José Tavares, estiveram presentes na *reunião de trabalho* realizada **nessa tarde**, nas instalações da CIMT, em Tomar, no âmbito do *Observatório da Mobilidade do Médio Tejo*.

No final da tarde, a **Vice-Presidente Dr.^a Ilda Joaquim**, conjuntamente com a **Vereadora Dr.^a Tília Nunes**, reuniram, na Sala de Sessões do Edifício da CME, com as Escolas e as Associações de Pais, para coordenação da Festa da Flor, que se realizará entre os dias 20 a 28 de maio de 2016.

Igualmente no final dessa tarde, estive presente na recepção da tomada de posse do Sr. Presidente da República, no Palácio Nacional da Ajuda.

Ainda nessa noite, decorreu mais uma iniciativa *Night Runner's – a correr ou a caminhar*, com concentração no Pavilhão Desportivo Municipal, com a parceria técnica do CLAC.

No dia 11 de março de 2016, reuni com a Subdiretora Geral dos Estabelecimentos Escolares Dr.^a Manuela faria, relativamente ao assunto "*Investimento para a Recuperação do Pavilhão da Escola EB 2/3 Dr. Ruy d'Andrade*", na Praça de Alvalade, em Lisboa.

Pelas 19.00h desse mesmo dia, assisti, em conjunto com o Executivo em funções, às *Conversas com Café*, na Biblioteca Municipal, dedicado à temática: "*Será ainda hoje a família um lugar seguro para se viver?*", tendo como dinamizador o Dr. Carlos Anjos, Presidente da Comissão de Proteção de Vítimas.

No sábado, dia 12 de março de 2016, recebi, em conjunto com o **Vereador Dr. Carlos Amaro** recebeu, na Sala de Sessões do Edifício da CME, *antigos alunos da Escola de Aprendizizes da CP*, no âmbito das *Comemorações do 50.º aniversário*, para apresentação de cumprimentos. Seguidamente, decorreu a Cerimónia com intervenção das entidades convidadas, visita e almoço convívio na Sala do Comboio Real da Fundação do Museu Nacional Ferroviário.

Nessa mesma manhã e tarde, estive presente numa reunião do Grupo de Trabalho para a Economia Social, no Hotel Dom Luís, em Coimbra.

Pelas 21.30H no Centro Cultural, realizou-se mais um *Entro.Culturas, Encontro de Tunas das Universidade Séniores*, tendo como protagonistas a *Tuna e Escola de Cavaquinhos da Universidade Sénior do Entroncamento; Tuna da Universidade Sénior do Cartaxo; Tuna da Universidade Sénior de Almeirim e Tuna da Universidade Sénior de Constância*, espetáculo musical ao qual **assisti**, conjuntamente com o **Vereador Dr. Carlos Amaro**.

No domingo, dia **13 de março de 2016** e a convite da *Associação Filarmónica e Cultural do Entroncamento*, assisti em conjunto com o **Vereador Dr. Carlos Amaro** assistiu à atuação da Banda e Coro da AFCE; Orfeão do Entroncamento e Banda Operária Torrejana, na Sala da Cultura do Pavilhão Desportivo Municipal, inserido nas *comemorações do 32.º aniversário*.

Ainda nesse dia, face ao convite formulado pelo *Motoclube "Os Fenómenos do Entroncamento"*, o **Vereador Dr. Carlos Amaro** esteve presente no convívio de comemoração do *12.º aniversário*, realizado nas instalações do Parque de Campismo do Entroncamento.

Na sequência da Convocatória recebida da *Médio Tejo 21*, o **Vereador Dr. Carlos Amaro**, esteve presente na reunião da Assembleia Geral, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Vila de Rei, no dia **14 de março de 2016**.

Na manhã do **dia 15 de março de 2016**, a **Vereadora Dr.^a Tília Nunes**, esteve presente numa reunião realizada no Convento de Cristo, em Tomar, no âmbito da celebração de Protocolo entre a Direção Geral do Património Cultural e a Comunidade Intermunicipal, conjuntamente com a Dr.^a Aida Neves, representantes da Escola Profissional Gustave Eiffel e representante da Fundação do Museu Nacional Ferroviário, para promoção e divulgação turística do nosso Concelho, prevista para o próximo dia 08 de abril de 2016.

Nessa mesma tarde, decorreram no Centro Cultural e espaço circundante, diversas atividades enquadradas nas comemorações da *10.º edição da Semana da Leitura* (14 a 18 de março) e que este ano teve como mote "*Elos de Leitura*". Os alunos assistiram ao espetáculo "*O canteiro dos livros*", da companhia "*Os Valdevinos*" (dramatização do livro de José Jorge Letria). A **Vereadora Dr.ª Tília Nunes** acompanhou uma turma de alunos que ouviram a explicação do autor Fernando Maria, do seu livro "*Menina Pé-de-Vento*", com as ilustrações patentes na Galeria Municipal.

Igualmente nessa tarde, a convite da Câmara Municipal da Chamusca, o **Vereador Dr. Carlos Amaro** assistiu à sessão de esclarecimento que assinalou o *Dia Mundial Direitos do Consumidor*, na Biblioteca Municipal Ruy Gomes da Silva, tendo como oradores o Economista e deputado da Assembleia da República, **Dr. Hugo Costa** e o Jurista e Responsável pelo Gabinete de Apoio ao Consumidor da Delegação Regional de Santarém da DECO, **Dr. João Poseiro**.

Na manhã do dia **16 de março de 2016**, a **Vereadora Dr.ª Tília Nunes** acompanhou os nove jovens pertencentes ao Agrupamento de Escolas Cidade do Entroncamento, que se encontram na cidade de Friedberg, na Alemanha, no âmbito da rede de cooperação existente entre essa cidade e o Município do Entroncamento, com o intuito de estabelecer laços e participar de forma ativa na vida escolar, cultural e familiar.

Nessa mesma tarde, mediante convite formulado pela Escola Básica António Gedeão, a **Vice-Presidente Dr.ª Ilda Joaquim** e a **Vereadora Dr.ª Tília Nunes**, estiveram presentes na atividade "*Mimos de Chocolate*".

Ainda nessa noite, decorreu, na Sala de Sessões, reunião com as famílias de acolhimento do grupo da Geminação Villiers-sur-Marne e rede de cooperação de Friedberg (que irão estar no nosso Concelho de 24 a 28 de março), estando presente a **Vice-Presidente Dr.ª Ilda Joaquim**, a **Vereadora Dr.ª Tília Nunes** e o **Vereador Dr. Carlos Amaro**.

Igualmente nessa noite, na sequência da convocatória recebida da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, decorreu a *1.ª reunião da Assembleia Intermunicipal*, no Auditório da sede, em Tomar.

Ainda nessa noite, decorreu mais uma iniciativa *Night Runner's – a correr ou a caminhar*, com concentração no Pavilhão Desportivo Municipal, em parceria técnica com o CLAC.

No dia **17 de março de 2016**, a convite do *Agrupamento de Escolas Cidade do Entroncamento*, a **Vereadora Dr.ª Tília Nunes** integrou o Júri do espetáculo "*Talentos no Agrupamento*" e da exposição subordinada ao tema: "*O Entroncamento, o tempo, o espaço e as gentes*", realizado na Sala da Cultura do Pavilhão Desportivo Municipal. **Estive presente** a assistir ao espetáculo que apostou na valorização da diversidade de talentos e aptidões dos alunos.

No dia **18 de março de 2016**, em comemoração do Dia da Árvore, a **Vice-Presidente Dr.ª Ilda Joaquim** e a **Vereadora Dr.ª Tília Nunes**, assistiram à entrega e plantação de pinheiros de manhã - *Escola Básica António Gedeão: (25 pinheiros); Centro Social Paroquial do Entroncamento (15 pinheiros); Escola Básica da Zona Verde: (60 pinheiros); Escola Profissional Gustave Eiffel (15 pinheiros); Escola Básica 2/3 Dr. Ruy d' Andrade: 20 pinheiros; Infantário Encoprof (15 Pinheiros)*. De tarde - *Jardim Escola João de Deus (15 pinheiros); Escola Básica do Bonito: (65 pinheiros); Colégio dos Navegantes (15 pinheiros); Escola Secundária do Entroncamento: (20 pinheiros)*.

Ainda nessa manhã, na sequência da Convocatória recebida da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, **estive presente** na 4.^a reunião do Conselho Intermunicipal, na sede, em Tomar, que contou com a presença do Secretário de Estado do Ambiente, Dr. Carlos Manuel Martins, abordando os seguintes temas: reflexão sobre o Setor das Águas; Recursos Hídricos e outros assuntos ambientais. **Nessa tarde**, a Vereadora Dr.^a Tília Nunes, assistiu à atividade “Clube de Guitarra” no Centro de Convívio.

No final da tarde, a convite do corpo docente e discente e da Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Básica do Bonito, o Executivo em funções, participou na 2.^a Festa da Sopa.

Na manhã do dia 19 de março de 2016, na sequência do convite formulado pelo Agrupamento 542 do Corpo Nacional de Escutas, assisti, conjuntamente com a Vereadora Dr.^a Tília Nunes, à Cerimónia de Abertura da Atividade ACAMIZADE (acampamento de escuteiros dos 6 aos 14 anos de idade de diversos Agrupamentos do País). O Agrupamento 542 aproveitou a ocasião para agradecer formalmente a colaboração e apoio do Município na melhoria das condições do espaço.

Ainda nessa manhã, ocorreu a inauguração da loja “Sapatarias Sampaio” no Hipermercado E. Leclerc, a convite da proprietária do estabelecimento comercial, Sr.^a Aurora Sampaio e com a presença da Merche Romero.

Igualmente nessa tarde, assisti à inauguração da Exposição intitulada “Toadas da Primavera” da pintora São Matias, na Galeria Municipal, que se encontra patente até 31 de março.

Entre as 20.30h e as 21.30h, assinalou-se a “Hora do Planeta”, tendo-se o nosso Município associado a esta iniciativa mundial, criada desde 2007, pela World Wide Foundation (WWF), que pretende alertar e consciencializar todos, para as alterações climáticas no nosso planeta. Consistiu no ato simbólico de desligar a iluminação elétrica durante 60 minutos em espaços públicos, nomeadamente: Edifício dos Paços do Concelho; Largo José Duarte Coelho; Praça Salgueiro Maia; Praça da República; Jardim junto ao Centro de Convívio e Edifícios das Juntas de Freguesia de São João Baptista e de Nossa Senhora de Fátima.

No dia 20 de março de 2016, realizou-se a Caminhada da Primavera, com concentração nas Piscinas Municipais, em parceria técnica com o CLAC.

Na manhã do dia 21 de março de 2016, em comemoração do Dia da Árvore, o Executivo em funções, esteve presente nas Plantações no Parque Verde do Bonito, das seguintes Escolas: JI Sophia de Mello Breyner Andresen (30 pinheiros); JI EB Bonito (10 pinheiros); JI EB António Gedeão (15 pinheiros); JI EB Zona Verde (20 pinheiros).

Na tarde, a convite da Câmara Municipal de Mação, a Vice-Presidente Dr.^a Ilda Joaquim, assistiu às Comemorações do Dia Internacional da Floresta, no Alto da Caldeirinha – Estrada de Mação – Casais da Ribeira, incluindo visita às áreas intervencionadas em povoamentos de regeneração do pinheiro bravo, e assistindo à intervenção: “A gestão florestal: o presente e o futuro” protagonizada pelos Ministros da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural; Ministro do Ambiente; Ministro da Administração Interna e a finalizar intervenção do Primeiro-Ministro.»

2 – VEREADOR SR. CARLOS MATIAS
Gostaria de abordar 3 pontos.

1. O Orçamento de Estado (OE) aprovado na semana passada inscreve explicitamente a reposição das concessões de transporte dos ferroviários, retirados no início de 2013 pelo anterior governo.

Aí se legisla que “são repostos os direitos à utilização gratuita de transportes públicos previstos em instrumento legal e regulamentar”.

É ainda estipulado que “nos casos em que a mesma não esteja inscrita em instrumento de regulamentação coletiva do trabalho, deve iniciar-se no prazo de 90 dias, um processo de negociação coletiva com vista à sua inclusão nestes instrumentos regulamentares”.

Porém, nestes casos, em que as concessões não estão inscritas na contratação coletiva, é assegurado que os direitos ao transporte gratuito se manterão “nas condições que vigoraram até 31 de dezembro de 2012, até à sua inclusão em instrumentos regulamentares”.

Ou seja, mantêm-se esses direitos até haver acordo para a sua inclusão na contratação e nos moldes que então vierem a ser aprovados.

Cumprem-se, desta forma dois objetivos.

O primeiro é o da reposição integral e imediata dos direitos às concessões de transporte para **todos** os ferroviários e seus familiares, independentemente do sindicato a que pertencem, ou de pertencerem ou não a um sindicato. Para mim, isto é o mais importante.

2. O segundo é o de abrir a contratação coletiva, para onde serão remetidas as concessões, quando aí ainda não estiverem fixadas. Sabendo-se que a direita bloqueou a contratação coletiva e retirou as concessões, tal significará um passo em frente.

Creio, pois, terem sido alcançados os objetivos da luta dos trabalhadores, das suas famílias, dos sindicatos e das autarquias que nela se empenharam.

No decorrer da última sessão de 2013 da Assembleia Municipal --- há cerca de 15 meses, portanto --- o Sr. Presidente da Câmara deu publicamente conta da eventual possibilidade de o Cine Teatro S. João vir a ser reaberto a curto prazo, sem obras de fundo, apenas reparando alguns danos.

Pesem embora as naturais ressalvas colocadas na informação então transmitida --- condicionada a posteriores vistorias e pareceres --- o anúncio criou algumas expectativas.

Gostaria de saber quando é, então, reaberto o Cine Teatro S. João.

3. Finalmente, gostaria de conhecer algumas das conclusões ou informações da reunião do Grupo de Trabalho para a Economia Social, atividade mencionada a dado passo da informação sobre a atividade municipal, documento agora distribuído. E já agora gostaria de saber em que âmbito está constituído este grupo de trabalho, pois não tinha conhecimento deste grupo de trabalho.

3 – VEREADOR SR. DAVID RIBEIRO

1. Regozijou-se, como ferroviário que foi, com o empenho da Autarquia, pelos resultados alcançados no Orçamento de Estado de 2016, na retoma dos direitos dos trabalhadores ferroviários no ativo, reformados e seus familiares, embora o resultado pretendido era de que o artigo 92.º fosse retirado do Orçamento.

2. Este Orçamento foi bastante participado no Parlamento, com propostas bastantes significativas, apresentadas pelo governo e também do PCP, dos Verdes e do BE,

que vieram melhorar o OE2016, os trabalhadores das autarquias conseguiram o objetivo das 35 horas semanais, o fim das restrições à contratação nas autarquias, a redução do IMI e a redução do IVA da restauração, que poderão trazer uma melhoria financeira para as autarquias, também a contratação dos médicos reformados para os concelhos que não têm médicos de família nos Centros de Saúde.

3. Abordou, também a questão dos parques infantis, que são exigidos aos empreiteiros estes equipamentos e depois não são acompanhados pela Câmara para manutenção.

No final do ano 2000 a Câmara, devido a atos de vandalismo e roubo, desmantelou o único parque que havia num dos Largos do Casal Saldanha, com a promessa que iria ser remodelado, até agora continua por arranjar.

Também, existe um parque na rua do Forno do Grilo e outro na rua Duarte Pacheco Pereira, que foram vandalizados e retirados os restantes equipamentos, para que não fossem roubados.

Na urbanização do Bonito, na rua Amália Rodrigues, existe um equipamento com umas balizas de futebol (cinco) e uma tabela de basquete, as balizas não estão em condições e o equipamento de basquete não existe.

Com o início da Primavera, em que as crianças vão com os pais e os avós para esses parques, pergunta qual a estratégia para a recuperação destes parques, se vão arranjar ou se vão continuar como estão?

4. Relativamente à hora do planeta, achou bem a Câmara ter aderido a esta iniciativa, não compreende o que se passa com a iluminação pública no nosso concelho, por volta das 5 horas a iluminação nalgumas zonas da cidade, já está ligada, questiona por que é que os horários não são ajustados para ligar por volta das 7 ou 8 horas.

5. Já falou com o Vereador Carlos Amaro acerca das árvores no cemitério que estão muito inclinadas e que podem cair em cima das campas.

Sobre algumas questões colocadas o Exmo. Presidente referiu:

Relativamente às concessões foi encontrada uma solução que satisfaz a generalidade dos trabalhadores ferroviários e que teve um envolvimento ativo dos Grupos Parlamentares do PS e do BE, com pena que, à última hora, a CDU não tivesse acompanhado na votação final este esforço.

Foi um processo de luta concluído em benefício dos ferroviários, com destaque com orientação destes três partidos na recuperação desses direitos.

No âmbito da política nacional, entende que é importante que a Câmara tenha uma atitude de saudação, por um facto inédito no nosso país, que pela 1.^a vez um orçamento foi aprovado na Assembleia da República, por uma maioria parlamentar de esquerda, em que a CDU e o BE se juntaram ao PS na aprovação do Orçamento de Estado, contribuindo assim para um documento, mais importante para os cidadãos do nosso país que em situações anteriores.

Realçou, um aspeto importante e positivo neste orçamento, para as autarquias com a redução da taxa do IVA nas refeições, deixou de estar na base de inconstitucionalidade e de ilegalidade e parece ter sido visível não só o esforço

duma maioria parlamentar para a concretização do orçamento, como também foi uma notória atitude do Governo perante as instituições europeias no sentido de defender os interesses do país.

Em relação à questão do Cine Teatro S. João é uma decisão que carecia de melhor enquadramento e avaliação técnica e de financiamento disponível para avançar com este objetivo, já foi referido várias vezes que é uma promessa eleitoral que assumiram perante os munícipes que vão cumprir.

Está, hoje, na reunião, no ponto 9 da Ordem de Trabalhos, um assunto para dar conhecimento, do resultado do Plano de Desenvolvimento Estratégico Urbano, para a cidade do Entroncamento, e um dos investimentos, incluídos e aprovados, é a recuperação do Cine Teatro S. João.

É uma das prioridades definidas, e com os instrumentos de financiamento para poder intervir, estão reunidas as condições para avançar com este projeto.

Acerca da reunião da economia social em que participou, há alguns anos que tem vindo a fazer alguma reflexão sobre este assunto, já participou em alguns fóruns e tem a ver com um foco nas questões municipais. É uma reflexão, no sentido de poderem juntar pessoas com conhecimentos nesta área, de forma a dar algum contributo para reforçar a economia social, no âmbito das autarquias locais, mas que não se limita só às autarquias.

Esteve presente o Presidente da CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social e tem como principal objetivo criar o Conselho Municipal da Economia Social.

Representa a ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, no Conselho Económico da Economia Social e assumiu o compromisso de valorizar a economia social, na abrangência municipal.

Sobre os Parques Infantis realçou que o Sr. Vereador que estas questões fossem abordadas por escrito, são situações em que são feitas exigências muito específicas e que para poderem cumprir todas essas exigências, vão ter que limitar esses jardins.

Têm vindo a fazer a requalificação desses jardins, inclusivamente o do Casal do Grilo foi feita a manutenção e roubaram os bancos dos baloiços, está-se a fazer um conjunto de procedimentos de intervenção para que haja um acompanhamento regularmente dos jardins.

Em relação à iluminação pública tem havido a preocupação de racionalizar o consumo, mas como alguns circuitos exigem uma intervenção manual, podem ter havido alguns que ainda não tenham sido atualizados.

O Vereador Sr. Carlos Matias, agradeceu o esclarecimento prestado sobre a Economia Social e pediu se houver algum documento de trabalho que possa ser partilhado, gostaria de o receber.

Ainda o Exmo. Presidente referiu acerca do pedido de parecer solicitado pela Resitejo, à Procuradoria Geral da República que esta não emitiu nenhum parecer. Já solicitou uma resposta à Resitejo, mas ainda não recebeu.

Também, a Vereadora Sr.^a Isilda Aguincha, relativamente à situação da Economia Social, surgiu-lhe a questão de que ao contrário dos outros Conselhos Municipais, este se possível, não está consignado na Lei, significa que vai ser apresentada uma proposta a nível nacional para esse enquadramento.

Verificou que não há regulamentação, questiona se existe alguma dinâmica sobre este assunto.

Por último, o Exmo. Presidente esclareceu que não existe regulamentação acerca do Conselho da Economia Social, uma das ideias, é refletir a importância, do mesmo, de modo a poder ajudar, a formatar esse regulamento para o tipo de Conselho e propor a sua inclusão na Assembleia da República.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

LEITURA E APROVAÇÃO DE ATA

- Foi presente a ata da reunião de 07 de março de 2016, que foi aprovada, por unanimidade, tendo sido dispensada a sua leitura por ter sido distribuída previamente a todos os membros da Câmara Municipal.

EXPEDIENTE DIVERSO

PONTO 1

2439/16 – ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO ENTRONCAMENTO – MOÇÃO – PELA REVOGAÇÃO DA PROPOSTA NO OE DO DIREITO DE TRANSPORTE AOS FERROVIÁRIOS DO ATIVO E REFORMADOS E SEUS FAMILIARES

- Ofício n.º 32/16, de 2 de março, da Assembleia Municipal do Entroncamento, a enviar a Moção que se transcreve, aprovada por unanimidade, na sua sessão realizada em 26-02-2016:

«Moção

Pela revogação da proposta no OE que retoma o corte do direito de transporte aos ferroviários do ativo e reformados e seus familiares

Considerando que:

- A Assembleia Municipal do Entroncamento, desde o início optou por se colocar ao lado dos trabalhadores e reformados ferroviários, na sua luta contra a retirada do direito ao transporte, em vigor há mais de 100 anos no caminho de ferro;
- Foi com satisfação e entusiasmo que assistimos à aprovação na Assembleia da República das recomendações no sentido da reposição desse direito, que teve seguimento na reposição efetiva, embora ainda não na totalidade, por decisão da administração da CP;
- Na proposta de Orçamento do Estado para 2016, o governo, inexplicavelmente, volta a colocar o princípio de proibição do direito ao transporte;
- A proposta do governo, a ser aprovada, significa que, esse direito, seria novamente retirado, depois da luta prolongada e persistente dos trabalhadores e reformados;

A Assembleia Municipal do Entroncamento, reunida a 26 de fevereiro, decide:

- Reclamar que sejam respeitadas as recomendações aprovadas na Assembleia da República e que o conteúdo do artigo 92.º da proposta de

Orçamento do Estado seja expurgado do documento final que vier a ser votado no plenário da AR;

- Manifestar, desde já, toda a solidariedade com trabalhadores e reformados ferroviários, caso este governo abra nova fase de confronto com trabalhadores e reformados ferroviários, na defesa deste direito no caminho de ferro.»

- A Câmara tomou conhecimento.

- Este assunto foi aprovado em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 2

2441/16 – ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO ENTRONCAMENTO – MOÇÃO – O ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2016 E AS AUTARQUIAS LOCAIS

- Ofício n.º 53/16, de 2 de março, da Assembleia Municipal do Entroncamento, a enviar a Moção que se transcreve, aprovada por maioria, na sua sessão realizada em 26-02-2016:

«Moção

O Orçamento do Estado para 2016 e as autarquias locais

Considerando que a proposta de OE para 2016:

- Elimina alguns constrangimentos à gestão autónoma dos recursos próprios das autarquias locais, designadamente no domínio da gestão do pessoal ao seu serviço, e minimiza outros, como aspetos relacionados com a execução da lei dos compromissos ou com a consignação forçada de algumas receitas; mantém um quadro geral de deveres de informação e um regime sancionatório próprios do exercício de tutelas de mérito e integrativa que a Constituição da República expressamente veda;
- Persiste no crónico incumprimento da Lei das Finanças Locais, avaliado em cerca de 300 milhões de euros às autarquias, tão mais incompreensível quanto a abrupta redução das receitas a que foram sujeitas, quer com a imposição da nova Lei de Finanças Locais, quer com os cortes impostos desde 2011.

A Assembleia Municipal, reunida 26/02/2016, delibera:

- Saudar e valorizar as disposições que visam eliminar ou minimizar alguns dos constrangimentos à autonomia do poder local, designadamente quanto à eliminação de consignações e as restrições à contratação de pessoal;
- Condenar o prosseguimento da sonegação dos recursos que a Constituição e a Lei atribuem às autarquias locais e reclamar o cabal respeito pela Lei das Finanças Locais;
- Reclamar medidas urgentes que ponham fim às mais diversas formas de tutela não estritamente inspetiva e reponham um quadro conforme ao regime de autonomia prescrito pela Constituição da República.»

- A Câmara tomou conhecimento.

- Este assunto foi aprovado em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 3

2442/16 – ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO ENTRONCAMENTO – PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO – 40.º ANIVERSÁRIO DA APROVAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA

- Ofício n.º 54/16, de 3 de março, da Assembleia Municipal do Entroncamento, a enviar a Proposta de Recomendação que se transcreve, aprovada por unanimidade, na sua sessão realizada em 26-02-2016:

«Proposta de Recomendação

No próximo dia 2 de abril, comemora-se o 40.º aniversário da aprovação da Constituição da República Portuguesa.

Nela estão alicerçadas as bases da autonomia do poder local.

A 12 de Dezembro de 1976, realizaram-se as primeiras eleições locais, as quais iniciaram a caminhada das populações pela descentralização democrática, que tem mobilizado a participação dos cidadãos.

Tem sido no uso pleno da descentralização democrática que as populações através dos seus órgãos próprios, câmaras, assembleias municipais e juntas de freguesia, têm feito emergir a coletividade como detentora de vontade e poder próprios.

A Assembleia Municipal do Entroncamento recomenda que Câmara Municipal desenvolva as diligências necessárias para realizar iniciativas que assinalem estas datas e conjuntamente com a Assembleia Municipal e as Juntas de Freguesia, definam o seu formato tendo em consideração a importância destas datas para as populações e o poder local.»

- A Câmara tomou conhecimento.

- Este assunto foi aprovado em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 4

2445/16 – ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO ENTRONCAMENTO – RECOMENDAÇÃO – REVISÃO DO REGULAMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE

- Ofício n.º 57/16, de 3 de março, da Assembleia Municipal do Entroncamento, a enviar a Recomendação que se transcreve, aprovada por unanimidade, na sua sessão realizada em 26-02-2016:

«Recomendação ao Executivo Municipal

Revisão do regulamento e implementação do Conselho Municipal de Juventude

Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

É do conhecimento desta assembleia, que a 16 de novembro de 2004, entrou em vigor o regulamento interno do conselho municipal de juventude do Entroncamento. Porém a sua existência não é uma realidade.

Depois da entrada em vigor do documento, aprovado em 2004, foi aprovada uma lei que cria o regime jurídico dos conselhos municipais de juventude, assim como uma revisão da mesma, ficando o regulamento desatualizado, e aquém das leis em vigor. (Lei 6/2009 de 18 de fevereiro e lei 6/2012 de 10 de fevereiro).

Constatada esta realidade, impõem-se a revisão do regulamento. Com a revisão deste, o mesmo deverá ser implementado no nosso Município.

Com a implementação do conselho municipal de juventude, a nossa autarquia poderá dar voz à juventude desta cidade, assim como proporcionar uma cidadania ativa nas camadas mais jovens.

A cidade necessita da juventude, assim como a nossa juventude necessita de uma cidade mais atrativa, que lhes adeque condições de vida adaptadas às suas necessidades.

Para continuar a crescer, o Entroncamento precisa que a juventude crie laços com a nossa cidade, que no momento da partida sintam vontade de regressar, acrescentando valor à nossa cidade.

Os municípios e todas as suas instituições públicas devem promover o diálogo, estimulando a intervenção de todos os cidadãos e cidadãs, só assim conseguiremos obter uma democracia viva e eficaz.

Os últimos resultados eleitorais alertaram-nos, deparados com a percentagem realizada por parte da comunidade mais jovem ao nível da abstenção, relembro, mais uma vez, que a juventude não deve passar à margem do nosso município, ela também é parte do mesmo.

Diversos municípios já implementaram os seus conselhos municipais de juventude, comprovando que com isso conseguiram obter, por parte da juventude, uma cidadania mais ativa.

Nesse sentido, e com o intuito de promover a cidadania ativa por parte dos nossos jovens, assim com a sua intervenção cívica e a participação relevante nas políticas do Entroncamento, recomendamos a revisão do regulamento do conselho municipal de juventude, assim como a sua implementação logo que o mesmo seja publicado.»

- A Câmara tomou conhecimento.

- Este assunto foi aprovado em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 5

2644/16 – ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO ENTRONCAMENTO – MOÇÃO – DEFESA DO TEJO

- Ofício n.º 81/16, de 4 de março, da Assembleia Municipal do Entroncamento, a enviar a Moção que se transcreve, aprovada por unanimidade, na sua sessão realizada em 26-02-2016:

«Moção

O rio Tejo e os seus afluentes têm vindo a ser alvo de uma crescente vaga de poluição, com graves implicações para a qualidade das águas e da sua biodiversidade, para os campos e consequentemente das populações.

A contaminação começa em território espanhol, com a utilização de fertilizantes numa agricultura intensiva; eutrofização gerada pela estagnação das barragens da estremadura, descarga de águas residuais urbanas espanholas, sem adequado tratamento e, sabemos agora também, com a contaminação proveniente da Central Nuclear de Almaraz.

Esta central Nuclear, situada no rio Tejo apenas a 100Kms da fronteira portuguesa é a central nuclear em operação mais velha de Espanha e deveria ter encerrado em 2010, mas o seu tempo de vida foi prolongado. Em 2015 chumbou num dos testes de resistência pedidos pela Greenpeace, evidenciando a falta do mesmo tipo de válvulas que permitiu o acidente nuclear em Fukushima, no Japão. No início de fevereiro, inspetores do Concelho de Segurança Nuclear de Espanha tinham alertado para “falhas no sistema de arrefecimento de serviços essenciais para a central nuclear” e no passado Domingo dia 21 de fevereiro, a administração desta Central nuclear tornou público que um dos equipamentos “sofreu uma paragem às 5h35”, desconhecendo-se ainda as causas que originaram o incidente. O risco de contaminação radiológica do rio Tejo existe, assim como o risco de acidente nuclear.

Já em solo Português, na área da sua bacia hidrográfica que abrange as zonas da Beira Baixa, Alentejo e Ribatejo, os baixos caudais revelam o grau de poluição atualmente existente. O acordo de Albufeira, que regula os caudais dos rios internacionais, não está a ser cumprido por Espanha: a água é propositadamente retida na Extremadura espanhola, em diversas barragens e uns dias o caudal do Tejo é exíguo, ficando o peixe a morrer por falta de oxigénio ou tornando-se presas fáceis, outros dias é elevadíssimo, de forma a cumprir as cotas acordadas.

Em Portugal a poluição do Tejo continua por via da agricultura, indústria, nomeadamente, da pasta de papel e alimentar, suinicultura, águas residuais

urbanas e outras descargas de efluentes não tratados, muitas vezes em total desrespeito pelas leis em vigor, e sem a competente ação de vigilância, controlo e punição pelas autoridades responsáveis.

Em resposta a uma pergunta escrita dos Deputados do BE, Carlos Matias e Jorge Costa, o Ministério do Ambiente revelou as seguintes *“potenciais fontes de poluição: Vila Velha de Rodão: Celtejo, Centroliva, Fossa da zona industrial da Câmara Municipal; Mação: ETAR/Fossa de Ortiga I e II, das Águas de Lisboa e Vale do Tejo (...); Abrantes: ETAR da empresa Queijo Saloio.”*

A situação do rio Tejo, recurso hídrico estruturante para a nossa região, tem graves implicações na qualidade das águas, dos campos, na pesca e para a saúde das pessoas. Impede ainda o aproveitamento potencial da região ribeirinha para práticas de lazer e de turismo fluvial.

Perante o exposto, a Assembleia Municipal do Entroncamento, reunida em sessão ordinária delibera:

Recomendar ao Governo de Portugal:

1º. Que o cumprimento da Diretiva Quadro da Água, ou seja a garantia de um bom estado ecológico das águas do rio Tejo não seja protelado para 2021 e 2027

2º. O estabelecimento e quantificação de um regime de caudais ecológicos, diários, semanais e mensais, refletidos nos Planos da Bacia Hidrológica do Tejo, em Espanha e em Portugal, e na Convenção de Albufeira;

3º. A ação rigorosa e consequente da fiscalização ambiental contra a poluição, crescente e contínua, que cada vez mais devasta o rio Tejo e os seus afluentes;

4º. A intervenção junto do governo espanhol com vista ao encerramento da Central Nuclear de Almaraz, eliminando a contaminação radiológica do rio Tejo e o risco de acidente nuclear;

5º. A realização de ações para restaurar o sistema fluvial natural e o seu ambiente, nomeadamente, a reposição da conectividade fluvial.

6º. Enviar esta moção à Comunicação Social e a todas as autarquias da região

7º. Propor às autarquias da região: a realização de um Plenário de todos/as os/as autarcas, aberto à população, para uma tomada de posição pública conjunta em defesa do Rio Tejo.»

- A Câmara tomou conhecimento.

- Este assunto foi aprovado em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 6

2601/16 – GRUPO PARLAMENTAR DO PCP – PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO AO OE 2016 – AUTARQUIAS LOCAIS

- E-mail de 8 de março de 2016, do Grupo Parlamentar do PCP, a enviar as propostas de alteração ao OE 2016 – Autarquias Locais, no que respeita a Montantes Finanças Locais, Previsão Orçamental, Descontos ADSE e IMI.

- A Câmara tomou conhecimento.

- Este assunto foi aprovado em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 7

2624/16 – ESCOLA BÁSICA DA ZONA VERDE – VISITA DE ESTUDO – PEDIDO DE SUBSÍDIO

- E-mail de 8 de março de 2016, da Coordenadora da Escola Básica da Zona Verde, a comunicar que vão realizar uma visita de estudo a Lisboa, para ver e espetáculo Mundos Encantados, apresentado pela Disney On Ice, no dia 11 de março, para a qual solicita apoio para minimizar o custo dos bilhetes para as suas famílias, dos 57 alunos do escalão A e 32 alunos do escalão B.

A Técnica Superior, Dr.ª Cláudia Ramos, dos Serviços de Educação, prestou a seguinte informação:

«De acordo com a deliberação da reunião de câmara do dia 19-05-2015, as crianças com escalão A têm direito a uma comparticipação de 10€ e as crianças de escalão B 5€.

O número de crianças subsidiados a participar na visita de estudo é:

- escalão A - 57

- escalão B - 32

Sendo assim são 570,00€ para o escalão A e 160,00€ para o escalão B, perfazendo um total de 730,00€. Verba esta que deverá ser transferida para o Agrupamento de Escolas Cidade do Entroncamento.»

- A Câmara tomou conhecimento.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 8

2868/16 – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DO BONITO – FESTA DA SOPA - PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXA ESPECIAL DE RUÍDO – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO

- E-mail de 15 de março de 2016, da Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Básica do Bonito, vai realizar no próximo dia 18 de março, a 2.ª Festa da Sopa, para a qual solicitam a isenção de taxa especial de ruído.

Sobre este assunto, o Exmo. Presidente, proferiu o seguinte despacho:

«Ao abrigo da competência prevista no n.º 3 do art.º 35.º da lei 75/2013, de 12 de setembro, isento o pagamento da taxa sujeito a ratificação pela Câmara. Enviar à Reunião para ratificação do despacho.»

- A Câmara, deliberou por unanimidade, ratificar este despacho.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

OUTROS ASSUNTOS

PONTO 9

11814/15 – APROVAÇÃO DA CANDIDATURA PARA PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ENTRONCAMENTO – PEDU

- Da Técnica Superior, Dr.ª Isabel Ferreira, do Setor de Investimentos, foi presente a seguinte informação relativa à aprovação da Candidatura para Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano do Entroncamento – PEDU:

«No âmbito da submissão da candidatura com o n.º EIDT-99-2015-03-079, para a elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano do Entroncamento (PEDU), informo que foi rececionada a notificação de decisão de aprovação do mesmo, por deliberação da Comissão Diretiva, datada de fevereiro de 2016.

Na sequência do processo negocial com a Comissão Diretiva do Centro 2020 a candidatura apresentada por este Município contará, para um horizonte de cinco anos (repartido em duas fases), com uma Dotação Fundo Global de 5.713.500,00€, em que 4.600.000,00€ serão executados na 1.ª Fase do programa (até 2018) e os restantes 1.113.500,00€ para a 2.ª Fase.

Mais se informa que o montante de 100.000,00€ será destinado a financiar o investimento de privados, por via de instrumento financeiro.

Pelo exposto, junto se anexa a versão final do Quadro síntese dos projetos, tendo em conta a dotação do fundo atribuído ao Município do Entroncamento.»

- A Câmara tomou conhecimento, tendo a Vereadora Sr.^a Isilda Aguincha, se congratulado com a aprovação desta proposta, independentemente de questões partidárias, o que é bom para o Entroncamento é bom para todos nós.
- Este assunto foi aprovado em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 10

2047/16 – PLANO DE ATIVIDADES 2015/2016 – VISITA AO MUSEU NACIONAL FERROVIÁRIO

- Da Técnica Superior, Dr.^a Cláudia Ramos, do Setor de Educação, foi presente a seguinte informação:

«No Plano Anual de Atividades para o ano letivo 2015/2016 vem contemplada a atividade “Visita ao Museu Nacional Ferroviário”, pretendendo-se com a implementação desta atividade que todas as crianças que frequentam as escolas do Entroncamento conheçam o património da cidade.

Considerando o Sr. Presidente da Câmara Municipal a relevância desta atividade para as crianças/jovens do concelho, referiu, no Conselho Municipal de Educação do dia 10 de dezembro de 2015, que o Município se propõe a participar com o valor de 1€/aluno para a visita.

Desta forma, e de acordo com a informação prestada pelo Sr. Presidente, cumprenos informar que a população escolar do Município é de 3200 alunos, repartidos pela Educação Pré-escolar, 1.^o/2.^o/3.^o Ciclos, Ensino Secundário e Profissional, público e privados.»

- A Vereadora Sr.^a Isilda Aguincha, fez a seguinte proposta:

«Tendo em atenção a tabela do Museu e a existência de alunos carenciados, propõem-se que a Câmara suporte o custo integral da visita relativamente aos alunos do ensino básico de escalão A e 50% do custo para os alunos do ensino básico de escalão B.

Relativamente aos restantes alunos: 1€/aluno.»

- A Câmara, deliberou por unanimidade, atribuir o valor de 1€/aluno para a visita ao Museu Nacional Ferroviário.

- A Vereador Sr.^a Isilda Aguincha, fez a seguinte declaração de voto:

«Retirei a proposta, e votei favoravelmente, com o compromisso de que caso exista algum aluno com dificuldades a camara encontrará solução para que nenhum aluno seja impedido de participar.»

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 11

9476/15 – PROPOSTA DE REGULAMENTO DE AÇÃO SOCIAL ESCOLAR E FUNDAMENTAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA DO VALOR DAS TAXAS

- Da Técnica Superior, Dr.^a Cláudia Ramos, do Setor de Educação, foi presente a seguinte informação relativa à proposta de Regulamento de Ação Social Escolar, bem como a Fundamentação Económico-Financeira do valor das taxas:

«Na reunião de Câmara do dia 18 de agosto de 2015, foi aprovado o início do procedimento de elaboração do REGULAMENTO DE AÇÃO SOCIAL ESCOLAR.

O Município do Entroncamento tem vindo a assumir uma política educativa que pretende garantir o acesso à educação, na prossecução dos objetivos da escola inclusiva, por parte de todas as crianças e jovens, independentemente das respetivas condições socioeconómicas ou quaisquer outras diferenças.

Assim sendo, a Ação Social Escolar reveste-se de uma especial importância ao nível das competências e atribuições municipais em matéria de educação, na medida em que inclui um conjunto de modalidades de apoio socioeducativo destinadas aos alunos que integram agregados familiares cuja situação económica determina a necessidade de participações financeiras; prossegue-se, desta forma, o objetivo de combater a exclusão social e de promover a igualdade de oportunidades das crianças e jovens deste concelho. O presente regulamento visa, então, estabelecer critérios uniformes para a atribuição de incentivos e participações, no âmbito da Ação Social Escolar, estabelecendo as condições de aplicação das medidas a implementar e de determinação dos escalões de apoio. Os apoios de Ação Social Escolar da responsabilidade do Município referem-se a Apoios para Aquisição de Livros e Material Escolar dos alunos do 1.º Ciclo do ensino básico, fornecimento de refeições para as crianças da educação pré-escolar e alunos do 1.º ciclo do ensino básico, da rede pública, bem como, o desenvolvimento do prolongamento de horário da Educação Pré-Escolar. Para tal foi elaborada a Proposta de Regulamento de Ação Social Escolar que pretende abranger os alunos que frequentem estabelecimentos de ensino da rede escolar pública do concelho do Entroncamento, sendo a atribuição de auxílios económicos relativa a:

- Apoio para Aquisição de Livros e Material Escolar a alunos do 1.º ciclo do ensino básico;
- Fornecimento de refeições para as crianças da educação pré-escolar e alunos do 1.º ciclo do ensino básico;
- Prolongamento de horário da Educação Pré-Escolar.

A presente proposta de regulamento visa, então, estabelecer critérios uniformes para a atribuição de incentivos e participações, no âmbito da Ação Social Escolar, estabelecendo as condições de aplicação das medidas a implementar e de determinação dos escalões de apoio. É elaborada nos termos do poder regulamentar previsto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, de acordo com as atribuições conferidas nos artigos 114.º a 118.º do Código do Procedimento Administrativo; nas alíneas k) e hh) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugadas com a alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do mesmo diploma, nos Decretos-Lei n.º 399-A/84, de 28 de dezembro, n.º 35/90, de 25 de janeiro; n.º 147/97, de 11 de junho; n.º 144/2008, de 28 de julho, n.º 55/2009, de 2 de março, na Lei n.º 5/97, de 10 de fevereiro e no Despacho n.º 18987/2009, de 17 de agosto.»

- O Vereador Sr. Carlos Matias, apresentou a seguinte proposta:

«A proposta de Regulamento de Ação Social Escolar procura atender à situação dos pais ou encarregados das crianças potencialmente beneficiadas pelos mecanismos de apoio social.

Logo na nota justificativa, explica-se que a ação social se destina “a garantir a igualdade de oportunidades de acesso e sucesso escolar a **todos** os alunos e a adequar medidas de apoio socioeducativo destinadas aos alunos inseridos em agregados familiares **cuja situação económica determina a necessidade de participações financeiras**”. (sublinhados nossos)

Nesse sentido, no ponto 3 do Artigo 8.º reconhece-se, e bem, que poderão ser tidas em consideração outras situações além das previstas e “das quais resulte, após análise social do agregado familiar, ser recomendável a frequência no Prolongamento de Horário pela criança em causa”.

Portanto, faz todo o sentido, não excluir dessa medida e *à priori* filhos de desempregados ou de trabalhadores enquadrados por formas de trabalho remunerado que não o dependente de entidade patronal, como trabalhadores por conta própria, a tempo parcial e/ou inteiro. Assim como não faz sentido excluir os filhos de microempresários ou pequenos empresários em nome individual, enquadramentos que podem incluir situações de sobre exploração económica e de ausência de horário de trabalho.

Tenha-se em conta que os desempregados são obrigados a procurar trabalho de forma ativa, com ocupação do seu tempo. E que as outras situações escondem, frequentemente, casos de total desregulamentação do horário de trabalho. Serão horários não traduzíveis numa formulação fixa e estável --- o que, aliás, muitos certamente prefeririam.

Em consequência, proponho que o ponto 7.2.2. do Artigo 9.º, referente às inscrições, adote a seguinte redação:

“Declaração da entidade patronal dos pais, onde conste o horário de trabalho, ou, em alternativa, outro documento reconhecido como justificativo do horário referente à respetiva atividade profissional.”»

- A Vereadora Sr.ª Isilda Aguincha, fez a seguinte proposta:

«Não tenho objeção à proposta do Vereador Carlos Matias.

Os dados mais recentes dizem-nos que o Ministro da Educação anunciou a gratuidade dos manuais escolares para os alunos do 1.º ano, no próximo ano escolar. Assim, o art.º 6.º desta proposta de regulamento carece de correção, logo que publicado o diploma legal que consagre o anúncio referido, sendo possível, ainda, a introdução de outras medidas, tendo em conta propostas e reivindicações das forças políticas que suportam o governo, e considerando as diversas propostas que ao longo dos últimos anos têm vindo a apresentar e que certamente serão objeto de novas propostas/alterações.

Assim, sugere-se que esta Proposta de Regulamento seja retirada da OD e volte a ser agendada, com as devidas adaptações, logo que publicado dispositivo legal que incorpore a gratuidade anunciada e outras possíveis alterações à regulamentação em vigor.»

- A Câmara, após discussão do regulamento, deliberou por unanimidade, retirar este assunto para aprovação na próxima reunião, para serem enquadradas as propostas apresentadas, tendo em conta as recentes alterações ao OE 2016, e as implicações ao nível dos apoios do 1.º ano escolar.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 12

1048/16 – CONCESSÃO DO DIREITO DE EXPLORAÇÃO DO RESTAURANTE / BAR / ESPLANADA DO BONITO – RELATÓRIO FINAL E MINUTA DO CONTRATO

- Presente o Relatório Final da Concessão do Direito de Exploração do Restaurante/ Bar/ Esplanada do Bonito e a minuta do contrato:

«Aos **dezasseis dias do mês de março do ano de 2016**, pelas 10 horas reuniu o júri nomeado por deliberação de câmara para conduzir o processo de Concessão do Direito de Exploração do Restaurante Bar Esplanada do Bonito, constituído por: Presidente do Júri Eng.º Nuno Carda, 1.º Vogal Dr.ª Filipa Silvestre e 2.º Vogal Dr. Hugo Gonçalves, a fim de proceder à elaboração da Lista de Classificação Definitiva. -----

Foi elaborada a lista de Classificação Provisória, afixada nos lugares de estilo, na página eletrónica do Município do Entroncamento e comunicada ao proponente por

carta registada com aviso de receção; tendo sido dado um prazo de 10 dias uteis para eventual pronúncia. -----

O Proponente IBERO LIFE LDA enviou um mail no dia 15 de março do ano de 2016 que se anexa ao presente relatório a comunicar que concorda com a classificação atribuída; pelo que o júri decidiu elaborar a Lista de Classificação Definitiva e propor a adjudicação do **Direito de Exploração do Restaurante Bar Esplanada do Bonito** ao proponente **IBERO LIFE LDA** cuja proposta se encontra classificada em primeiro lugar e com a seguinte pontuação: -----

Classificação Definitiva	Proponente	Pontuação
1.º	IBERO LIFE LDA	11 Pontos

Após a aprovação da Lista de Classificação Definitiva por parte da Câmara Municipal, deve a mesma ser publicada na página eletrónica do Município do Entroncamento, nos lugares de estilo e notificada ao adjudicatário. -----

Após a notificação da adjudicação deve o adjudicatário no prazo de 15 dias úteis prestar a caução e pagar o Direito de Aquisição conforme dispõe e nas condições do ponto 2 do art.º 11.º e art.º 12.º do Programa da Hasta Pública. -----

Não havendo mais assuntos a tratar, o presidente do júri, deu por encerrada a reunião, da qual resultou o presente Relatório Final e respetiva Lista de Classificação Definitiva, que vai ser assinado por todos os membros do júri. -----»

- A Câmara, deliberou por unanimidade, aprovar o relatório final e a minuta do contrato da concessão do direito da exploração do Restaurante/ Bar/ Esplanada do Bonito e adjudicar à Firma IBERO LIFE LDA.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 13

14219/15 - MINUTA DE CONTRATO – FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA – BAIXA TENSÃO NORMAL, BAIXA TENSÃO ESPECIAL E MÉDIA TENSÃO (ACORDO QUADRO DE ELETRICIDADE DA CENTRAL DE COMPRAS DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÉDIO TEJO)

- Da Assistente Técnica, Paula Oliveira, dos Serviços de Notariado, foi presente a minuta do Contrato do “Fornecimento de Energia Elétrica – Baixa Tensão Normal, Baixa Tensão Especial e Média Tensão (Acordo Intermunicipal do Médio Tejo)”, adjudicada à Firma EDP – Comercial de Energia, SA., para aprovação.

- A Câmara, deliberou, por unanimidade, aprovar a respetiva minuta.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 14

15645/14 – MANUTENÇÃO DA REDE VIÁRIA - TRÂNSITO E SINALIZAÇÃO – ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS PARA PESSOAS COM MOBILIDADE REDUZIDA – RUA DA FÉ

- Presente uma planta a propor um lugar de estacionamento de veículos para pessoas com mobilidade reduzida, na rua da Fé, junto ao cruzamento com a rua da Igreja, e colocação da respetiva sinalização, na sequência de um pedido de Ana Maria do Rosário Zacarias Pedro.

- A Câmara, deliberou por unanimidade, aprovar o lugar de estacionamento e colocação da respetiva sinalização.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 15**2169/16 – MANUTENÇÃO DA REDE VIÁRIA - TRÂNSITO E SINALIZAÇÃO – ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS PARA PESSOAS COM MOBILIDADE REDUZIDA – RUA RUI LUIS GOMES**

- Do Assistente Técnico, Filipe Pires, da DGUO – Divisão de Gestão Urbanística e Obras, foi presente a seguinte informação relativa à implantação de um lugar de estacionamento e colocação da respetiva sinalização, na rua Rui Luís Gomes:

«Atendendo à inexistência na zona em causa de lugares destinados ao estacionamento para veículos de pessoas com mobilidade reduzida, concordo com a sugestão apresentada de criação do referido lugar. Assim anexa-se desenho com sugestão do local a implantar o lugar de estacionamento.»

- A Câmara, deliberou por unanimidade, aprovar o lugar de estacionamento e colocação da respetiva sinalização.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

OBRAS PARTICULARES**PONTO 16****181/16 – PEDIDO DE INFORMAÇÃO PRÉVIA – IDEIAS COM RELEVO INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, LDA - CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO MULTIFAMILIAR**

- Petição em nome de Ideias com Relevo Investimentos Imobiliários, Lda, a solicitar informação prévia sobre a viabilidade de construção de um edifício de habitação multifamiliar, na rua Gustave Eiffel / rua Duque de Saldanha, lote 66, nesta cidade, conforme projeto que anexa.

- Do Arquiteto José Tavares, da DGUO - Divisão de Gestão Urbanística e Obras, foi presente a seguinte informação:

«Solicita o requerente o Pedido de Informação Prévia (PIP) relativo à construção de um prédio habitacional multifamiliar em lote (n.º 66) destinado a moradia unifamiliar integrante do alvará de loteamento n.º 5 /79.

Atesta-se, como antecedentes, em arquivo um PIP requerido por Pedro Manuel Faria Neto (SGD n.º 20275 de 2008) a solicitar a viabilidade construção de 4 fogos distribuídos por 2 pisos para o lote em apreço, sendo deliberado pela Exma. Câmara a viabilidade da pretendida operação urbanística a 7 de fevereiro de 2011.

A proposta agora sujeita a análise destes serviços, propõe a implantação de um edifício multifamiliar com 5 fogos distribuídos por 4 pisos sendo 3 acima do solo.

Tendo esta localização a classificação de baixa densidade de acordo com o PDM (dois pisos acima do solo) torna-se inviável a pretensão devendo a mesma ser rejeitada sem outra análise.

Mais se informa que qualquer proposta que altere a tipologia da implantação prevista estará sempre sujeita a alteração do alvará de loteamento em que se insere.»

- A Câmara, deliberou por unanimidade, apontar a sua decisão no sentido do indeferimento do pedido de informação prévia de acordo com o parecer, dispondo o interessado de um prazo de 10 dias para, ao abrigo do n.º 1 do art.º 122.º do CPA, dizer o que se lhe oferecer, em audiência escrita, considerando-se definitivamente indeferido, caso nada seja dito nesse período.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 17

1967/16 - PROC.º DE OBRAS N.º 102/1985 – JOSÉ HENRIQUES ALFAIATE PEREIRA – ALTERAÇÕES EM MORADIA UNIFAMILIAR (LEGALIZAÇÃO DE ANEXO E MURO DE VEDAÇÃO)

- Presente o processo de obras número 102/1985, em nome de José Henriques Alfaiate Pereira, referente às alterações em moradia unifamiliar, legalização de anexo e muro de vedação, na rua Duque de Saldanha, lote 51, nesta cidade, conforme o projeto de arquitetura que junta.

- Do Arquiteto José Tavares, da DGUO - Divisão de Gestão Urbanística e Obras, foi presente a seguinte informação:

«Refere-se este projeto a legalização de alterações em moradia unifamiliar existente, legalização de anexo e muro de vedação no local acima indicado. Trata-se de um processo licenciado em 1986, sem processo de vistoria e consequentemente sem autorização de utilização. Pretende o requerente legalizar alterações efetuadas, apresenta para o efeito projeto de arquitetura em duplicado contendo as alterações.

As alterações propostas já se encontram executadas sendo subtidas a legalização:

- Anexo no topo tardoz do lote com 68.00m²;
- Muro exterior confinante com a via pública omissos no projeto inicial;
- Pequena alteração na compartimentação interior sem incumprimento regulamentar;
- Alterações na configuração das escadas no exterior da moradia.

As modificações representadas para legalização, tem enquadramento regulamentar, merecem, pois, parecer favorável por parte destes serviços, devendo ser solicitada a apresentação no prazo de 30 dias os projetos de especialidades nos termos do n.º 4 do art.º 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-lei n.º 136/2014 de 9 de setembro.»

- A Câmara, deliberou, por unanimidade, aprovar o projeto de acordo com o parecer.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

ENCERRAMENTO DE REUNIÃO

ENCERRAMENTO DE REUNIÃO

- E nada mais havendo a tratar, o Excelentíssimo Presidente, declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, foi pela Assistente Técnica, na Secção da Secretaria Geral de Apoio aos Órgãos Autárquicos, elaborada a presente ata, que vai assinar juntamente com o Senhor Presidente.

O Presidente da Câmara Municipal,

Assistente Técnica
